

REQUERIMENTO Nº , 2021
(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Solicito seja enviado convite ao presidente do Banco Central, Sr. Roberto Campos Neto, a fim de prestar esclarecimentos sobre a manutenção de empresas offshores citadas no escândalo dos Pandora Papers.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que, ouvido o plenário, se digne adotar as providências necessárias ao convite do presidente do Banco Central, Sr. Roberto Campos Neto, a fim de prestar esclarecimentos sobre a manutenção de empresas offshores citadas no escândalo dos Pandora Papers.

JUSTIFICAÇÃO

O escândalo dos Pandora Papers¹, publicado neste domingo em vários jornais pelo mundo, é resultado de uma sequência de reportagens do Consórcio Internacional de Jornalistas com informações de 11,9 milhões de arquivos que reúnem o trabalho de 14 assessorias para offshores. As revelações até o momento restringem-se a contas operadas nas Ilhas Virgens Britânicas (BVI), situadas no Caribe, jurisdição há muito conhecida como peça-chave no sistema offshore. No Brasil, participam do grupo a revista Piauí, a Agência Pública e os portais Metrôpoles e Poder 360.

Entre as autoridades cujos nomes aparecem nos documentos vazados estão o ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

1 [revista piauí - pra quem tem um parafuso a mais \(uol.com.br\)](https://revista.piauui.com.br/para-quem-tem-um-parafuso-a-mais)



Paulo Guedes mantém empresas offshores em paraísos fiscais mesmo após ter entrado para o governo Jair Bolsonaro, segundo o site Poder360 e a revista Piauí, que hoje publicaram no Brasil a série de reportagens "Pandora Papers". De acordo com a reportagem, Guedes não respondeu se fez investimentos após assumir o cargo, algo que desrespeitaria normas do serviço público e da Lei de Conflito de Interesses. Sua empresa segue em funcionamento.

O ministro Paulo Guedes e Presidente do Banco Central, Campos Neto, fazem parte do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão responsável por emitir resoluções sobre temas relacionados a ativos mantidos no exterior. Além disso, os dois têm acesso a informações sensíveis relacionadas a flutuações nas taxas de câmbio e variação nas taxas de juros.

Guedes e Campos Neto atuaram na decisão que alterou as regras para donos de offshores, quando se elevou o limite do valor depositado no exterior que precisa declarado.

Plenário, 03 de outubro de 2021.

Dep. Leo de Brito PT/AC



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Leo de Brito
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215004310700>

